Ata da Segunda Reunião Ordinária do Décimo Período de Reuniões da Câmara Municipal de Laras, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e três. Aos dezoito dias do mês de outubro do ano em curso, reuniram-se na Sala de Reuniões do Legislativo Laurense os Vereadores: Álvaro Eustáquio Pedrosa — Presidente, Antônio Marcos Rossato — Vice-Presidente, Cleandro Castanheira Lacerda — 1º Secretário, Luiz Augusto de Paula Lima — Tesoureiro, Nilson Teodoro de Carvalho, Hélio Haddad, Edson Alves de Abreu, Lafayette Luiz Doorgal de Andrada, Daniel Costa, Ormiro Mendes de Siqueira, Sebastião dos Santos Vieira, João Caetano Neto, Sebastião Carlos Torres.; Eduardo Luiz Marani e João Batista Rezende. Aberta a reunião e a ata da reunião anterior foi lida e aprovada. Em seguida, o Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: - ofício nº 4809/93, da Câmara Municipal de Uberaba, prestando informação; - convite da Câmara e Prefeitura de São Bento Abade; - solicitações do publicitário Sérgio Moreno; ofício nº 025/93, da divisão de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lavras, enviando balancetes e documentos que comprovam o movimento do mês de agosto/93, para verificação dos senhores vereadores; - cumprimentos do Secretário de Estado de Assuntos Municipais; - convite da União dos Vereadores do Brasil para o XXVI Encontro Nacional de Vereadores; - convite da Câmara Municipal de Oliveira; - ofício nº 054/93 da Secretaria de Planejamento, fazendo informação; informação do Deputado Estadual Célio de Oliveira; ofício 720/93 da Chefe do Executivo, enviando cópia do ofício encami-

nhado ao Superintendente de Organizaçaõ Penitenciária de Minas Gerais, relativo ao posicionamento da Câmara Municipal de Lavras e do Governo Municipal contrário à instalaçaõ de um Centro de Reabilitaçaõ ou presídio no Município de Lavras. Deram entrada na Casa os Projetos: 1) Projeto de Lei nº 063/93 (Autoria da Chefe do Executivo) - "Autoriza a Prefeita Municipal a reajustar os salários e vencimentos dos servidores públicos e dá outras providências". 2) Projeto de Resoluçaõ nº (Autoria da Mesa Diretora) "Reajusta os salários e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Lavras e dá outras providências". 3) Projeto de Lei nº (Autoria do Vereador Luiz Augusto de Paula Lima) "Declara de Utilidade Pública a ANBESAL - Associaçaõ Nipo-Brasileira da ESAL". Já no último momento desta primeira parte dos trabalhos, o Presidente concedeu o uso da palavra na tribuna da Câmara ao Sr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira, Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, que apresentaria uma avaliaçaõ dos nove meses de governo da Prefeita Jussara Menicucci de Oliveira, conforme seu requerimento enviado à Casa. Com a palavra, o Sr. Benedito saudou a Mesa e todos do Plenário e disse que sua solicitaçaõ para ocupar aquele espaço livre na tribuna da Câmara tinha por finalidade fazer uma avaliaçaõ do Governo Municipal, das açõés do Executivo Municipal; naõ estaria denunciando nada, apenas apresentaria algumas dúvidas com relaçaõ ao governo que precisavam de esclarecimentos. Disse que o Partido dos Trabalhadores foi levado a se manifestar pelo fato de nas eleiçõés de 92 ter conquistado 17% dos votos do eleitorado lavrense, passando-lhe uma certa responsabilidade de contribuir nas açõés do Executivo de Lavras. Assim, passou a levantar as seguintes questões com

relação ao governo Municipal: 1) A coligação Confiar conseguiu magistralmente fazer um tipo de "arranjo político" nas eleições de 92. Uniu partidos de direita e de esquerda, o que foi um dos grandes erros do governo porque poderá desembocar em profundas crises internas e que prejudicarão o Município; 2) Profunda falta de transparência administrativa; 3) Contratação de firmas para a execução de obras públicas. Notou-se que apenas uma firma tem ganhado as concorrências, digo, a maioria das concorrências municipais. Ressaltou que não estava denunciando que havia corrupção no governo Municipal, apenas estava querendo esclarecimentos para o que estava ocorrendo; 4) Contratação logo após a posse de muitos funcionários, sem a realização de concurso. Excessivos cargos de confiança, sobretudo, por questão de parentesco. Queria saber sobre a questão ética daquilo tudo; 5) Como foi discutida a questão do logotipo municipal, quando os recursos do Município foram gastos para fazer a modificação. Sugeriu a adoção de um logotipo oficial para o Município; 6) Por que o IPTU não estava sendo reajustado da forma que se deveria reajustar, enquanto no resto do País aquele imposto era reajustado com base na inflação, ficando aquém o cobrado no Município. Aproveitando a questão, disse que deveria ser divulgada a relação dos maiores sonegadores do Município. 7) Divulgação mensal do salário total da Prefeita, Vice-Prefeito, Secretários e Assessores, para a população saber para onde estão sendo canalizados os recursos da municipalidade. 8) A não participação popular no governo, tendo em vista que o Orçamento para 94 estava praticamente pronto e o povo não foi convidado para dar sua opinião. 9) Apadrinhamento para a execução de serviços e obras; 10) Terceirização do serviço público - deveria ser muito discutida esta questão para que

não corresse o risco de alijar toda mão-de-obra; 11) "Populismo estranho" na Administração Municipal, exagerado, fazendo com que as coisas se voltassem para um centralismo terrível, imposto; 12) Geração de emprego e renda — ainda não havia sido adotada uma política de geração de emprego e renda em bairros; 13) O que estava sendo feito na área de construção de habitações do tipo popular. Sugeriu o aproveitamento de mão-de-obra para o sistema de mutirão; 14) Abastecimento — Sugeriu que em vez de serem distribuídas cestas básicas à população carente, que a mesma fosse aproveitada como mão-de-obra em cinturões verdes e roças comunitários; 15) Aplaudiu as obras que estavam sendo executadas no Bairro Cruzeiro do Sul, que foram cobradas à Prefeitura por um grupo de moradores daquele Bairro. Aplaudiu também o serviço de limpeza pública que vinha servindo à maioria do povo lavrense. Finalizando, disse que queria fazer dois alertas à comunidade para o que vinha acontecendo na Administração Municipal. O primeiro alerta era a respeito do Projeto político da Administração Municipal, existindo alguma coisa de pano de fundo que configurava na prática diária do que era o projeto político do governo municipal que era a reeleição do Deputado Estadual Célio de Oliveira. Era o projeto central. Disse que o alerta era para que a máquina administrativa não fosse utilizada para aquela finalidade, como acontecia em alguns lugares do Brasil. O segundo alerta dizia respeito a uma articulação política em torno do "cidadão Célio de Oliveira" e do "cidadão Itamar Franco" para formar um grupo político para se contrapor àquilo que podia ser uma alternativa política democrática e popular, ou seja, à candidatura de Luis Inácio Lula da Silva. Disse que determinados líderes de bairros

poderiam se ingressar naquele bloco e também o governo Municipal. Por fim, disse que a comunidade lavrense e a Câmara Municipal de Lavras deveriam organizar grandes discussões, para o próprio progresso do Município. Agradecer o espaço cedido ao Partido e disse que todos dele estavam prontos para aquelas discussões e para contribuir na formação de um governo popular e transparente. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu o uso da palavra aos Vereadores que quisessem fazer algum pronunciamento. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima usou da palavra e teceu algumas considerações iniciais a respeito do Partido dos Trabalhadores. Disse que achou estranho que o PT não se manifestasse a respeito de assuntos que foram tratados durante aquele início de governo, como, por exemplo, a terceirização dos serviços de coleta, transporte e destinação final do lixo urbano e do serviço de transporte coletivo urbano. Independentemente daquelas considerações, disse que concordava com uma série de coisas e achava que o PT tinha uma linha de ação muito definida e tinha dois papéis importantes: o de alertar constantemente para o que estava acontecendo e o de partir para fazer. No momento em que alertaram, deveriam agir. Logo depois, fez o uso da palavra o Vereador Nilson Teodoro de Carvalho, que se referiu à consideração feita pelo visitante com respeito ao Deputado Célio de Oliveira. Disse que pelo modo com que foi feita, deu a entender que a Câmara estava sendo manipulada por uma pessoa e, pessoalmente, achava que se a pessoa era qualificada, dava mérito. Quanto às obras que estavam sendo executadas no Bairro Cruzeiro do Sul, disse que foi um atendimento à sua solicitação e não à solicitação de li-

derança de bairro. O Vereador Lafayette Luiz Doorgal de Andrada também fez seu pronunciamento e, comentando do Governo na Câmara, disse que achava importante aquele trabalho do Partido e que as críticas feitas eram construtivas, mas gostaria de apresentar outra versão do que foi exposto. Assim, esclareceu questão por questão: 1) Concorrências públicas – o Partido pôs em questão a transparência do processo. Disse que as concorrências eram públicas e seria interessante que o Partido o acompanhasse de perto; 2) Logotipo – Explicou que a mudança era feita no logotipo da Administração, mas o logotipo de bauras era um só, o Brasão e a Bandeira; 3) IPTU – disse que o imposto era cobrado era cobrado uma vez por ano e, tendo em vista que era o primeiro ano de governo, deveria ser feito primeiro um estudo sócio-econômico para estabelecer o valor do imposto; disse ainda que impostos municipais eram poucos e, para se saber quais os maiores sonegadores do Município, deveriam ser consultadas a Receita Federal e a Estadual; 4) Salários – Esclareceu que o salário do Prefeito era corrigido com índice menor que o aplicado aos salários e vencimentos dos servidores públicos municipais e as normas de atualização daquelas remunerações eram apreciadas e votadas pela Câmara, em reuniões abertas ao público, bem como o Orçamento para o exercício posterior; 5) Terceirização do serviço público – estava sendo implantada porque para o Município era mais barato e, em outros lugares onde foi implantada, havia dado certo; 6) Limpeza urbana – a Prefeitura não podia contratar por mais de seis meses pessoal para aquele serviço; a solução seria demitir todas as "margaridas" e abrir um concurso, para que não houvesse um

impacto social negativo; 7) Centralismo na Prefeitura — a Prefeita é quem dirige e determina; as Secretarias são auxiliares, órgãos de consulta; 8) Empregos — o governo estava preocupado com o desemprego na cidade, prova disso eram os incentivos dados às indústrias; 9) Habitação Popular — a construção em grande escala não é barata e a Prefeita tem que trabalhar com o Orçamento que foi votado no ano anterior, mas estava sendo feito um plano de habitação, a nível federal, que poderia ajudar na solução daquele problema; 10) Reeleição do Deputado Célio de Oliveira — garantiu que a Prefeita não havia pedido um voto para seu marido desde que havia tomado posse do cargo e era perfeitamente normal que ela torcesse para o seu sucesso nas eleições; 11) Excesso de funcionários — explicou que os cargos de comissão já existiam e a Prefeita tinha o direito de chamar para ocuparem aqueles cargos pessoas técnicas e de sua confiança; 12) "Arranjo magistral" da Coligação CONFIAR — disse que foi um mérito da Prefeita e que nenhum Partido foi obrigado a aliar-se. 13) Oito mil votos nas eleições de 92 — disse que não foi o Partido quem conseguiu aquela quantidade de votos nas eleições de 92 e sim a candidata a Prefeita Municipal, a Sra. Beth Cioccia; o Partido sequer elegeu um Vereador, continuou. Em seguida, o Presidente concedeu o uso da palavra novamente ao Visitante que, em seu pronunciamento, disse que tudo era uma questão de ponto de vista ideológico e q. o Partido não tinha vindo à Casa com o intuito de fazer denúncias e sim alertar a comunidade para o que vinha acontecendo no governo Municipal. No próximo momento, a palavra foi dada ao Vereador Sebastião Carlos Torres, que falou que a vinda do PT à Câmara

era uma reivindicação dos munícipes e gostaria que aquilo se repetisse mais vezes, porque a democracia estaria sendo exercida. Disse que discordara do Vereador Basquette Pauiz Pascoal de Andrade quando o mesmo havia falado que não ocorreu a criação de cargos na Prefeitura; lembrou da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, que até aquela data não tinha visto movimento naquela Secretaria. Já com respeito ao IPTU denunciou que a Comissão Municipal de Valores que havia sido formada tinha como Presidente a Sra. Jane Bermaniolo, dona do Cartório de Registro de Imóveis, que era pessoa interessada porque todos sabiam que quanto maior o imóvel, maiores as custas cartoriais. Ao final, pediu ao Partido que continuasse aquela luta. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho pediu aparte e disse que também fazia parte daquela Comissão, juntamente com o Vereador Daniel Costa e todos tinham que acreditar nos que foram escolhidos porque fariam as determinações. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda também fez seu pronunciamento e enalteceu o trabalho do PT. Concordou que o valor do IPTU estava defasado e que deveria ser feito um estudo para cobrá-lo justamente. Falou também do logotipo da Administração, que seria mais econômico para o Município e também para todo o País se não houvesse aquela mudança a cada gestão. Para a redução da sonegação de impostos municipais sugeriu que as firmas que estivessem em débito não pudessem participar das concorrências públicas. Ao final, o Presidente do Diretório agradeceu à Mesa e ao Plenário o espaço que foi concedido ao Partido e disse todos estariam abertos para quaisquer discussões. O Presidente Álvaro Eustáquio Pedrosa também agradeceu-lhes

a presença na Câmara e disse-lhes que o Legislativo bauruense estaria à disposição. Retomando a ordem dos trabalhos, já na segunda parte, o Presidente pôs em discussão os vetos da Chefe do Executivo à Redação Final do Projeto de lei nº 031/93, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder em regime de concessão o serviço de transporte coletivo urbano". O Vereador Sebastião dos Santos Vieira relator da Comissão Especial formada para dar Parecer aos vetos, leu o Parecer. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima pediu a palavra e disse que a Comissão Especial não deu Parecer, apenas deixou à decisão do Plenário de como seriam votados. Disse que segundo a Lei Orgânica do Município, em seu art. 58, caput, a Comissão deveria exarar seu Parecer julgando se as disposições vetadas eram inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, porque a partir daquele Parecer o Plenário poderia apreciar e votar os vetos. O Vereador Eduardo Luis Morani, Presidente da Comissão, disse que a intenção ao seu dado aquele Parecer era que se chegasse a um consenso. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que aquela matéria era mais ampla e mais complicada do que se havia imaginado. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho quis saber se as emendas feitas ao Projeto e que tinham sido vetados pelo Executivo, em sua maioria, faziam parte do contrato. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira respondeu-lhe que antes que o contrato fosse firmado passaria pela Câmara. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima pediu aparte e explicou que todo processo consistia de três fases: a autorização, a licitação e o contrato. Já na licitação deveriam ser conhecidas as disposições do contrato. Ressaltou que as modificações deveriam ser feitas naquele momento porque depois a Câmara não poderia interferir. O Vereador João Batista de Rezende

sugerisse que a Comissão se reunisse novamente e apresentasse seu Parecer na próxima reunião. A sugestão foi aceita e o Presidente concedeu aquele prazo à Comissão. Em seguida, o Projeto de Lei nº -- (Autoria do Vereador Sebastião Carlos Torres, que "estabelece normas para o funcionamento de serviços funerários no Município de Ibaiti", foi liberado pelo Vereador Ennio Mendes de Siqueira e o Presidente colocou-o em pauta e solicitou ao Secretário que lesse a Emenda ao Projeto apresentada pelo Vereador Lafayette Luiz Doorgal de Andrada. A Emenda foi posta em discussão e o Vereador Sebastião Carlos Torres pediu ao Presidente que o seu Projeto fosse retirado de tramitação. O requerimento foi deferido de plano pelo Presidente. O Vereador Luiz Augusto de Paula Leite requereu à Mesa que fosse enviando, digo, enviado ofício à Prefeita comunicando-lhe a retirada do Projeto e que Ibaiti continuaria sem lei que regulamentasse os serviços funerários. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira requereu à Mesa que fosse enviado ofício à Prefeita para que não fossem fornecidos alvarás para todas as firmas que viessem para Ibaiti que já tivessem aqui firmas similares. O Vereador Luiz Augusto de Paula Leite pediu aposte e explicou ao Vereador que por lei alguns serviços públicos eram objeto de concessão, como era o caso do serviço funerário. O Projeto de Lei nº 061/93 (Autoria do Chefe do Executivo) que "Altera a Lei nº 2.029, de 20 de abril de 1993, e dá outras providências" foi posto em discussão e o Vereador Evandro Castanheira Lacerda requereu regime de urgência para a matéria, uma votação valendo pelas três naquela mesma sessão, o que foi aprovado. Em votação, o Projeto foi aprovado por unanimidade. Os Projetos que haviam dado entrada na Casa pas-

saram pelas Comissões Permanentes, receberam seus Pareceres, que foram discutidos votados e aprovados, cada um ao seu tempo, e foram determinados para a Ordem do Dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. O Presidente prorrogou o prazo para que a Comissão de Legislação e Justiça exarasse seu Parecer ao Projeto de Lei nº, autoria do Vereador Antônio Marcos Possato, que "Estabelece normas para a comercialização de tintas em recipientes de spray". O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima distribuiu para todos os Vereadores cópias dos comentários, feitos por ele, sobre o Veto ao Projeto de Concessão do Transporte urbano, uma vez que a matéria seria novamente discutida na próxima reunião. Já no último momento da reunião, o Presidente participou ao Plenário da intenção da Prefeita em vir à Casa para explicar ou prestar maiores esclarecimentos sobre o Plano Plurianual do Governo Municipal de Louveira para o período de 01 de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1997. A maioria dos Vereadores não aceitou que as informações sobre aquela matéria fossem prestadas pela Prefeita. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima insistiu para que o Presidente convidasse o Secretário Municipal de Planejamento para aquela finalidade e, também, para informar a Casa sobre a Comissão Municipal de Trânsito. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para serem oficiados as autoridades competentes: a) do Vereador Daniel Costa: pedindo a correção do calçamento de paralelepípedos da rua Manoel Alves, bem como da rua 13 de outubro; pedindo um grupo de salva vidas, do Corpo de Bombeiros, para a Ponte do Funil;

b) do Vereador João Batista de Resende: pedindo a construção de uma praça na Av. Evaristo Gomes Guerra, no Bairro Jardim Glória; pedindo a recuperação da ponte existente na divisa de Lavras e Ijaci, na localidade denominada Recreio; pedindo o cadastramento de todas as crianças da zona rural para o preenchimento de vagas nas escolas de 1º grau; c) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: pedindo o desentupimento do bueiro existente na rua Chagas Dória com a Prof. Urbano de Mesquita; pedindo a construção de vestiários em todos os campos de futebol amador na cidade; enviando agradecimentos à Prefeita pelo atendimento à sua solicitação para a pavimentação das ruas do Bairro Cruzeiro do Sul; d) do Vereador Emmio Mendes de Siqueira: pedindo a execução de obras de melhoria e conservação do prolongamento da rua Wilmindo de Azevedo; pedindo o calçamento e construção de bueiros na rua Azarias Leite; pedindo a construção de um bueiro na rua Santa Rita, em frente ao nº 105; pedindo informações sobre a Comissão Municipal de Folclore; enviando cumprimentos ao Sindicato dos Professores, pela passagem do Dia do Professor; enviando cumprimentos à Associação Médica de MG - Regional de Lavras, pela passagem do Dia do Médico; pedindo à Prefeitura cópia da escritura de compra do leito da antiga via férrea Centro Oeste; pedindo a criação de um balneário na Ponte do Funil, para a diversão da população carente de Lavras; pedindo a reconstrução do calçamento da rua Dr. Gammon; pedindo informações à Prefeitura sobre o planejamento do trevo da ESAL e o montante gasto pelo Município; pedindo à Prefeita o fornecimento de vale-transporte e ticket-refeição para os servidores públicos municipais.

pedindo a execução de obras de asfaltamento apenas nas ruas onde a COPASA já realizou as obras de ligações, para evitar o desperdício das obras e do dinheiro público; e) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira: pedindo à direção do SENAC/BH a criação de um Centro de Formação Profissional em Ibiraci, para atender, principalmente, a grande procura por cursos de informática (já subscrito por todos os Vereadores); f) do Vereador Evandro Costa Ferreira Macedo: sugerindo a criação do Teatro Municipal no prédio do Cine Brasil, caso aquela empresa fechasse mesmo suas portas; pedindo o transporte dos estudantes residentes na zona rural, na localidade denominada Estabuós. g) do Vereador Luiz Augusto de Paula Lima: pedindo informação à Prefeitura sobre o projeto e a construção do trevo da ESAL; enviando cumprimentos à Prefeita pela iluminação do Jd. Dr. Silvio Menicucci; h) do Vereador Eduardo Luiz Marani: pedindo a intercessão da Prefeita junto a quem de direito na RFFSA para que o Prédio da Escola Estadual Padre Cabon passasse para o Município; i) do Vereador Sebastião Carlos Torres: parabenizando a Prefeita pelo serviço de terraplenagem na estrada que dá acesso à Ponte do Funil e solicitando a troca de quatro manilhas existentes naquela estrada por outras mais largas. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus o Presidente encerrou a reunião.

Alvaro Pereira Freitas
1º Secretário

Cleber Ubaldo

Ely Barros

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Décimo Período de Reuniões da Câmara Municipal de Tauras, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e três. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano em curso reuniram-se na Sala de Reuniões do Legislativo Taurense os Vereadores: Álvaro Eustáquio Pedrosa - Presidente, Antônio Marcos Passato - Vice-Presidente, Evandro Castanheira Macedo - 1º Secretário, João Batista de Rezende - 2º Secretário, Luiz Augusto de Paula Lima - Tesoureiro, Nilson Teodoro de Carvalho, Hélio Haddad, Edson Neves de Abreu, Lafayette Luiz Pourgal de Andrada, Eduardo Luis Marani, Daniel Costa, Ermínio Mendes de Siqueira, Sebastião dos Santos Vieira, João Caetano Neto e Sebastião Carlos Torres. Havendo número regimental, em nome de Deus o Presidente abriu a reunião e a ata anterior foi lida e aprovada. Em seguida, o Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: ofícios nºs 053/93 a 062/93, ofícios nºs 764/93, 767/93, 768/93, 769/93 a 773/93, 776/93, 778/93, 779/93, 781/93 e 782/93, 783/93, 780/93, 774/93 e 777, do Gabinete da Prefeita, fazendo in-